

NO BICENTENÁRIO DA CRIAÇÃO DA “ESCOLA DE CIRURGIA” DA BAHIA

Roberto Figueira Santos

Ex-Reitor da Universidade Federal da Bahia e Ex-Governador da Bahia

O bicentário da transmigração da família real portuguesa de Lisboa para o Brasil, iniciada no final do ano de 1807, tem suscitado recentes estudos e comentários, em comemoração aos importantes atos datados dos primeiros tempos da permanência da Corte entre nós. Devido a uma tempestade que atingiu a esquadra na qual viajava a família real com destino ao Rio de Janeiro, alguns dos seus navios aportaram na Baía de Todos os Santos, inclusive aquele em que viajava o Príncipe Regente D. João. Pouco mais de trinta anos tinham transcorrido desde quando a Capital da Colônia se havia transferido de Salvador para o Rio de Janeiro. Criada em 1549, por Tomé de Souza, Salvador havia desempenhado as funções de Capital durante mais de 220 anos.

Entre os atos de suma importância promovidos pelo Regente nas poucas semanas em que permaneceu na Bahia, figurou a criação, a 18 de fevereiro de 1808, da “**Escola de Cirurgia do Real Hospital Militar de Salvador**”. O pleno significado da criação dessa Escola, precursora de toda a rede de ensino superior implantada no Brasil ao longo dos duzentos anos subsequentes, será melhor entendido se analisarmos o que havia sido a atenção à saúde no Brasil Colônia, desde o descobrimento até o começo do século XIX.

Conforme referido na Carta Régia que consubstanciou esse ato, estava o Príncipe Regente “anuindo à proposta que lhe fez o Dr. José Maria Picanço, cirurgião-mór do Reino e do seu Conselho, sobre a necessidade, que havia, de uma escola de cirurgia no Hospital desta Cidade ... (D. João) tem cometido ao sobredito cirurgião-mór a escolha dos professores que não só ensinam a cirurgia propriamente dita, mas a anatomia, como base essencial dela, e a arte obstétrica, tão útil como necessária”. O Dr. José Maria Picanço, futuro Barão de Goyana, nascido em Pernambuco, era Lente Jubilado da Universidade de Coimbra, e havia acompanhado D. João na sua viagem para o Brasil. Os dois primeiros professores por ele escolhidos, respectivamente, José Soares de Castro, para o ensino da Anatomia, e Manuel José Estrela, para o ensino da Cirurgia, foram nomeados em ato datado de 23 de Fevereiro do mesmo ano de 1808.

A documentação, relativa ao atendimento à saúde, da população que habitou o Brasil durante os três primeiros séculos da colonização, revela um quadro extremamente

precário, no qual predominava a carência de pessoal habilitado e se misturavam influências das várias culturas que contribuíram para a construção do Brasil de hoje. Começava a formar-se, na população local, a tendência para o sincretismo cultural que tem sido uma das marcas da índole da nossa gente.

No período de três séculos desde a descoberta do Brasil, pouquíssimos haviam sido os “cirurgiões” e os “médicos” (ou “físicos”) portugueses que aqui se radicaram. Tornava-se essa escassez ainda mais prejudicial, diante da dimensão continental do território a que estavam servindo. Note-se que, na época, em Portugal como em outros países, a formação dos “cirurgiões” era menos exigente que a dos “médicos” (ou “físicos”). Aos “cirurgiões” de então, competiam intervenções mais simples, como sangrias, aplicações de ventosas e sanguessugas, extrações de balas e cuidados com ferimentos externos, além de outras práticas dependentes de habilidade manual. Aos “médicos” (ou “físicos”), com melhor bagagem teórica referente aos conceitos de saúde e de doença, era reservada a prescrição de medicamentos de uso interno.

São poucos os documentos existentes sobre o funcionamento da Escola de Cirurgia de Salvador durante os oito anos (1808 a 1815) que se seguiram à sua criação. De 1815 em diante, foi ela objeto de sucessivas transformações que envolveram a mudança do seu nome, inicialmente, para o de “Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia”, ou, (segundo alguns), de “Academia Médico-Cirúrgica da Bahia”. A mais importante dessas mudanças ocorreu em 1832, ao ser adotada a designação de “Faculdade de Medicina da Bahia”, que perdurou até 1946, quando passou a integrar a Universidade Federal da Bahia^{1A}.

A impressão colhida pelos primeiros colonizadores portugueses sobre a população nativa, foi a de que era ela robusta, saudável e fisicamente bem constituída. Entretanto, após os primeiros séculos de contacto dos índios com os europeus e, em seguida, com os africanos importados como escravos, ocorreu rápida disseminação de moléstias trazidas pelos que vieram de fora, devido às fracas defesas biológicas de boa parte da população autóctone, agravadas pela reduzida atenção das autoridades para com a saúde dos que aqui habitavam, nos primeiros séculos após o Descobrimento. Entre as doenças transmissíveis que se difundiram, por vezes, de forma devastadora, cabe citar a varíola, o sarampo, o cólera, a febre amarela, algumas doenças venéreas e a tuberculose.

Como tem sido fartamente documentado, a Metrópole portuguesa se havia oposto tenazmente à implantação, nas suas colônias, de escolas ou cursos regulares que pudessem significar competição com as universidades portuguesas. A orientação de Lisboa, durante os primeiros três séculos do

Recebido em 26/06/2007

Aceito em 10/07/2007

Endereço para correspondência: Prof. Roberto Figueira Santos, Rua Basílio Catalá de Castro, 346 Cond. Quinta do Candeal, lote 10, quadra 10 – 40280-550 – Salvador, Bahia – Brasil. E-mail: rf.santos@terra.com.br.

Gazeta Médica da Bahia

2007;77: 2(Jul-Dez):89-92.

© 2007 Gazeta Médica da Bahia. Todos os direitos reservados.

nosso período colonial, foi, invariavelmente, no sentido de dirigir para Coimbra e outras Universidades européias, os jovens que tivessem possibilidade de seguir cursos superiores. No tocante ao pessoal apto a cuidar da saúde humana, sob muitas formas se manifestava a enorme escassez de cirurgiões e médicos (ou físicos). No Brasil, confundiam-se as funções dessas duas categorias de profissionais. Apareciam indivíduos mais ousados, curandeiros e curiosos que se declaravam capazes de realizar práticas baseadas, tão somente, em superstições ou crenças populares. A mesma escassez de profissionais se refletia, também, na elevada remuneração por eles exigida para o atendimento a situações de extrema carência de pessoal habilitado, particularmente, quando ocorriam epidemias. Embora não se encontrem, na literatura, informações quantitativas confiáveis, sobre os índices de mortalidade da população escrava no Brasil-colônia, sabe-se que as péssimas condições de trabalho, de alimentação e de habitação tornavam muito curta a sobrevivência dos trabalhadores braçais e urbanos, o que se refletia na necessidade da importação de novas levas de africanos para substituição dos que morriam precocemente. A mesma carência de pessoal para o atendimento à saúde da crescente população já havia forçado, no final do século XVIII, a criação de “aulas” de cirurgia em Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Vila Rica, iniciativas que não chegaram a gerar instituições estáveis.

Em 1782, o governo de Portugal havia criado o “Protomedicato”, instituição que tinha, entre suas atribuições, as de fiscalizar a assistência à saúde, para que ocorresse dentro de normas legais, e de **perseguir o curandeirismo**, determinando a **prisão** daqueles que não possuísem os requisitos legais para o exercício das práticas consagradas. As tentativas de estender ao Brasil a ação desse órgão, geraram situações tão complexas, que levaram autoridades coloniais a solicitarem permissão para que não se aplicassem, aqui, todas as exigências em vigor na Metrópole. Sabe-se, contudo, que os práticos, as benzedeiras e as feiticeiras continuaram atendendo a população, valendo-se dos processos que estavam ao seu alcance. Curiosamente, segundo assevera a historiadora Márcia Ribeiro, “diante da falta de físicos e cirurgiões e do desconhecimento da natureza das drogas medicinais do Brasil, o colonizador mais assimilou os hábitos da terra, do que impôs os seus aos povos conquistados”⁽¹⁾.

Por sua vez, os profissionais que aqui se radicaram, refletiam o atraso em que, na época, se encontrava a Medicina em Portugal. Na literatura portuguesa, do início do século XVIII, eram, ainda, freqüentes as referências mágico-religiosas relativas aos problemas da saúde. Mais para o fim do mesmo século, entre pessoas de melhor instrução, começaram a ganhar terreno novas idéias, no tocante ao conhecimento racional das questões da saúde e da doença. A reforma da Universidade

de Coimbra, implantada pelo Marquês de Pombal na segunda metade do século XVIII, não tinha ainda chegado a transformar a Medicina, tal como exercida para o grande público. E, ao longo do século XVIII, permaneceram arraigados no povo português, muitos conceitos relativos às doenças e às epidemias, nos quais se misturavam superstições devidas a crenças religiosas distorcidas, com rituais de magia. Aliás, alguns desses conceitos continuam presentes, ainda, no Brasil de hoje.

No entanto, ao longo do século XVIII, em vários países europeus se tinha verificado profunda evolução das idéias pertinentes à Medicina e às Ciências Naturais a ela aplicadas. Continuam lembrados os nomes de vários médicos eminentes daquela época, dos quais são exemplos: Boerhaave, da cidade holandesa de Leyden, que se celebrou pelo número enorme de médicos de vários países que dele receberam as notáveis lições “ao pé do leito” dos pacientes; Morgagni, anatomista italiano que mereceu o título de “pai da Patologia”; von Haller, anatomista, fisiologista e botânico, da Universidade alemã de Goettingen; Auenbrugger, médico em Viena, descobridor do diagnóstico pela percussão. Celebrizaram-se, também, instituições do mesmo ramo, a exemplo da Faculdade de Medicina de Edimburgo e do Royal College of Physicians, de Londres. De extraordinária repercussão, foram os trabalhos do inglês Jenner, descobridor da vacina contra a varíola. Igualmente importantes pelas suas aplicações à Medicina, foram algumas descobertas nos campos de Física, da Química e da Biologia.

Em Portugal, contudo, durante o mesmo século, foram muito reduzidos os reflexos do progresso verificado em outros países da Europa. A despeito da reputação das citadas personalidades e instituições, representativas da medicina erudita, boa parte da população humilde continuava cuidando da própria saúde pela aplicação de meios firmados em crenças sem fundamento racional. E o Brasil, enquanto dependeu de Portugal para absorver o que se passava pelo mundo afora, muito pouco, ou nada, aproveitou dos benefícios do progresso dos outros países europeus.

O povo português havia revelado grande capacidade de empreendimento, nos séculos XV e XVI. Graças à audácia dos seus navegadores e aos conhecimentos que adquiriram sobre a complexa arte de navegar, esse povo conquistara grandes extensões de terra em várias partes do mundo. Depois disso, entretanto, arrefeceu o ânimo empreendedor da mesma nação. Vale citar, a respeito, o testemunho de Antero de Quental, um dos mais ilustres escritores portugueses, no seu livro “Causas da decadência dos povos peninsulares”, em edição datada de 1871: “Nos últimos dois séculos (XVII e XVIII), não produziu a Península (Ibérica) um único homem superior que se possa pôr ao lado dos grandes criadores da ciência moderna ...”⁽²⁾. O arrefecimento do anterior surto de progresso, ocorrido depois dos séculos XV e XVI, tem sido atribuído a diferentes motivos, dentre os quais tiveram importante papel os rigores da Inquisição.

¹ Nota do Editor: em novembro de 2004, a Congregação requeu ao Conselho Universitário da UFBA o retorno à antiga denominação: Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB).

A transmigração da família real portuguesa de Lisboa para o Brasil tem sido comentada pelos historiadores sob variados aspectos. Alguns dão ênfase à demora na decisão do Príncipe Regente D. João, de transferir a Corte para a maior das suas colônias, diante da invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas. Os soldados de Napoleão estavam já muito próximos de Lisboa quando, afinal, começou o embarque da Rainha D. Maria I, viúva e mentalmente perturbada; do Príncipe Regente D. João, da sua esposa Carlota Joaquina, dos demais familiares e de grande número de funcionários, servidores e nobres amigos da Família Real. Terrível confusão se verificava no cais do porto de Lisboa, enquanto estava já preparada a esquadra para o transporte das pessoas e das bagagens, escoltada por navios ingleses. Alguns estudiosos, entretanto, têm preferido ressaltar a lucidez dessa decisão do Príncipe Regente, que resultou na preservação do domínio da dinastia portuguesa sobre o seu vasto império. E que, passados poucos anos, permitiu ao já, então, Rei de Portugal, com o nome de D. João VI, a volta à Metrópole lisboeta, depois de haver insinuado ao filho, o Príncipe D. Pedro, que se pusesse à frente do processo da Independência do Brasil.

Em meio aos que participaram do atendimento à saúde nos primeiros tempos do Brasil-colônia, incluíram-se os **Jesuítas** que conviveram com os índios e procuraram, por muitos meios, trocar informações sobre o seu estilo de vida, cuidando de influenciar os seus costumes e visando a conversão ao cristianismo. Portugueses, na sua maioria, até à sua expulsão de Portugal e colônias pelo Marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII, os jesuítas se empenharam na preparação dos medicamentos fornecidos nas boticas que mantinham, invariavelmente, nos seus conventos e colégios. Não raro, dadas as condições precárias de transporte e conservação, essas substâncias, quando aplicadas, já haviam perdido o seu efeito ou, mesmo, se achavam deterioradas, podendo ter conseqüências nocivas para os usuários.

Embora não alcançasse grande repercussão no tocante ao atendimento à saúde da população, cumpre citar a presença dos **holandeses** que ocuparam parte do nordeste brasileiro, durante várias décadas do século XVII. Resumiu-se esta à presença, entre nós, de cirurgiões e médicos que para aqui vieram juntamente com o Príncipe Maurício de Nassau. Apesar de melhor preparados que os médicos diplomados em Portugal, não chegaram eles a modificar, substancialmente, o quadro sanitário da população.

A exemplo do que ocorreu em outras regiões do mundo, colonizadas por nações européias que pouco se interessaram pelo processo educacional nesses territórios, no Brasil, a formação de pessoal que exigia nível superior de estudos, foi implantada para profissionais da saúde, mais cedo que para outras atividades. Assim, muitos projetos de construção civil de maior porte, no período colônial, foram elaborados na própria Metrópole. Conseqüentemente, não se mostrou tão urgente o preparo local dos responsáveis por trabalhos de engenharia. Até mesmo, os cortes para a preparação da cantaria, necessária à implantação de igrejas e conventos,

foram feitos em Lisboa e embarcados como lastros de navios que vinham buscar mercadorias produzidas no Brasil. Por sua vez, decisões administrativas e muitas questões de natureza jurídica, de maior complexidade, se arrastavam por longo tempo, até que se resolvessem na Metrópole. Entretanto, no tocante aos problemas da saúde, sempre foram muito freqüentes **situações de emergência** que, se não atendidas prontamente, podem ter funestas conseqüências, e que não poupam as camadas privilegiadas da sociedade. Daí a relativa prioridade, ainda que de poucos anos, atribuída às instituições que servem à preparação local dos encarregados da saúde.

Como é de conhecimento geral, sob muitos aspectos, a instalação da Família Real no Brasil foi um marco da maior importância na nossa História. Com a chegada da Corte Portuguesa, muitos foram os sinais de progresso, verificados em pequeno intervalo de tempo. A criação da Escola de Cirurgia do Real Hospital Militar da Bahia não foi uma iniciativa isolada. Após permanência de algumas semanas em Salvador, D. João se deslocou para o Rio de Janeiro, onde desencadeou sucessivas providências visando a criação, no final do ano de 1808, da “Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica” daquela Cidade. Esta, como a de Salvador, passou a ser designada “Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro”, mediante ato datado de 1832, assinado pela Regência Trina que governou o Brasil durante parte da minoridade de Dom Pedro II.

Além dos cursos destinados a profissionais da saúde, situados em Salvador e no Rio de Janeiro, D. João fez instalar dois cursos jurídicos, respectivamente, em São Paulo e em Olinda. O decreto que determinava a “Abertura dos portos brasileiros às nações amigas”, promulgado enquanto D. João ainda se achava na Bahia, em 28 de Janeiro de 1808, constituiu ato da maior significação para a colônia, dos pontos de vista político e econômico. No Rio de Janeiro, o Príncipe mandou implantar o Jardim Botânico, no qual, desde o início, se cultivaram plantas destinadas ao uso medicinal pela população local e, também, à exportação para a Europa. Muitos exemplares dos recursos naturais do Brasil, foram reunidos e expostos no Museu Imperial, também criado na mesma ocasião. Implantou-se a Escola Central do Exército, na qual se lecionavam temas relacionados à engenharia. Os soberanos portugueses fizeram vir de Portugal, embora de forma tumultuada, a famosa “Biblioteca dos Reis”, instalada no Rio de Janeiro e que, depois da nossa Independência, teve de ser indenizada pelo Brasil. Desencadeada, ainda, por D. João, foi a vinda para o Brasil de uma delegação francesa de cultores das Belas Artes, com o intuito de criar a “Academia Imperial das Belas Artes”.

Desde os tempos iniciais da colonização, pesquisadores de recursos naturais formados na Europa realizaram pesquisas cujos resultados se acrescentaram aos conhecimentos empíricos, recolhidos pelos índios, sobre os mesmos assuntos. Vários desses trabalhos incidiram sobre a identificação de plantas usadas pela população autóctone com fins medicinais. Durante o século XVIII, na Bahia e no Rio de Janeiro, foram criadas Academias que reuniam pessoas com melhor grau de instrução, para a apresentação de estudos, em que

predominavam temas históricos e literários. Todas essas Academias tiveram vida curta. Uma delas, dedicada às Ciências, teve, entre os seus membros, vários médicos, cirurgiões, boticários e outros estudiosos. Presidida pelo médico Dr. José Henriques Ferreira, também essa Academia sobreviveu, apenas, por umas poucas décadas.

Não cabem dúvidas sobre os grandes benefícios resultantes do aumento do pessoal habilitado a cuidar da saúde, depois que passou a ser preparado aqui mesmo, no Brasil. Muitos dos médicos diplomados em Salvador e no Rio de Janeiro, realizaram estágios em Universidades européias e trouxeram informações sobre o notável progresso ocorrido em vários países, ao longo do século XIX. Permaneceram as Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro como as

únicas em funcionamento, no extenso território brasileiro, até à última década do século XIX. Dessa forma, todos os profissionais da Medicina formados no Brasil até o fim daquele século, tiveram seus diplomas conferidos por uma ou outra das duas Faculdades. Graças aos imensos serviços que prestaram à população brasileira, as duas Faculdades angariaram grande prestígio e se tornaram dignas da maior reverência por parte dos nossos conterrâneos.

Obras Consultadas

1. Ribeiro MM. A ciência dos trópicos. HUCITEC, p.17, 1997.
2. Quental A de. Causas da decadência dos povos peninsulares. Lis.boa, 1871; transcrito por Oliveira Martins na "História da civilização ibérica", p. 206, Publicações Europa-América - Edição no. 887/3575, Portugal.